



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	18471.001292/2008-82
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1803-01.421 – 3ª Turma Especial</b>
<b>Sessão de</b>	7 de agosto de 2012
<b>Matéria</b>	MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DCTF
<b>Recorrente</b>	PINHEIRO TINTAS LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Ano-calendário: 2002

**DECADÊNCIA.** - O prazo decadencial da multa pelo atraso na entrega da DCTF tem início no dia seguinte ao do previsto para a entrega, aplicando-se ao caso a regra do artigo 173, I , do CTN.

**MULTA POR FALTA DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO.**

A falta de apresentação da DCTF sujeita o contribuinte à penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

*(assinado digitalmente)*  
Selene Ferreira de Moraes – Presidente e Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Walter Adolfo Maresch, Victor Humberto da Silva Maizman, Sérgio Luiz Bezerra Presta, Sérgio Rodrigues Mendes, Meigan Sack Rodrigues, Selene Ferreira de Moraes.

## Relatório

Por bem descrever os fatos relativos ao contencioso, adoto o relato do órgão julgador de primeira instância até aquela fase:

*Trata-se de auto de infração lavrado em desfavor da pessoa jurídica Pinheiro Tintas Ltda, para dela exigir multa isolada no valor de R\$ 140.521,23 (fis. 06/09), decorrente da falta de entrega das declarações de débitos e créditos federais (DCTFs) relativas aos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2002 (enquadramento legal: art. 7º, inciso II, e §3º, inciso II, da Lei nº 10.426/2002).*

*Cientificada do lançamento em 09/07/2008 (fis. 04 e 06), a interessada impugnou-o em 08/08/2008 (fis. 19/64). Alegou, em síntese, no que interessa a este processo, que deveriam ser excluídos da autuação "os valores decorrentes de fatos geradores ocorridos antes de 07/07/2003", porquanto estariam "fulminados pela decadência", nos termos do art. 150, §4º, do Código Tributário Nacional (CTN)."*

A Delegacia de Julgamento considerou o lançamento procedente em parte, em decisão assim ementada:

**"DECADÊNCIA. MULTA ISOLADA. DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS FEDERAIS - DCTF. FALTA DE ENTREGA.**

*A decadência do direito de lançar a multa isolada por falta de entrega da DCTF rege-se pelo inciso I do art. 173 do CTN, porquanto se trata de lançamento de ofício."*

Contra a decisão, interpôs a contribuinte o presente Recurso Voluntário, em que tece as seguintes considerações:

- a) Tendo em vista que a constituição do crédito aqui exigido (multa isolada) teve como base a entrega em atraso da DCTF, o prazo decadencial/prescricional para o Fisco exigir referida multa, fluiu a partir do vencimento dos referidos débitos.
- b) Neste caso, o débito do 4º trimestre, com vencimento no dia 16/02/2003 foi atingido pelos efeitos da decadência/prescrição, uma vez que o auto de infração foi lavrado em 09/07/2008.
- c) Requer que seja também julgado improcedente o lançamento referente ao 4º trimestre de 2002.

É o relatório.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 17/08/2012 por SELENE FERREIRA DE MORAES, Assinado digitalmente em 17/08/2012 por SELENE FERREIRA DE MORAES

Impresso em 23/08/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

**Voto**

Conselheira Selene Ferreira de Moraes

A contribuinte foi cientificada por via postal, tendo recebido a intimação em 11/04/2011 (AR de fls. 197 – numeração digital). O recurso foi protocolado em 10/05/2011, logo, é tempestivo e deve ser conhecido.

A imposição da multa, quer por falta de entrega, quer por atraso na entrega da DCTF é determinada pelo art. 7º da Lei nº 10.426/2002:

*"Art. 7º O sujeito passivo que deixar de apresentar Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - Dacon, nos prazos fixados, ou que as apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, e sujeitar-se-á às seguintes multas:*

(...)

*II - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DCTF, na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica ou na Dirf, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega destas Declarações ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º;*

(...)

*§ 2º Observado o disposto no § 3º, as multas serão reduzidas:*

*I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;*

*II - a setenta e cinco por cento, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.*

*§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de:*

*I- R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;*

*II - R\$ 500,00 (quinquinhentos reais), nos demais casos. "*

Aduz a recorrente que ocorreu a decadência do crédito tributário, uma vez que no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a regra a ser aplicada é a do art. 150, § 4º, do CTN.

Ocorre porém que, o presente lançamento, qual seja, o de multa por descumprimento de obrigação acessória, é um lançamento de ofício, que só pode ser efetuado pela autoridade administrativa. Logo, a regra a ser aplicada é a do art. 173, I, do CTN, *in verbis*:

*"Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;"*

Há inúmeros julgados deste Conselho no mesmo sentido:

*"DIPJ - ENTREGA COM ATRASO - PENALIDADE - PRAZO DECADENCIAL - Em se tratando de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, a decadência se conta na forma do art. 173, I do CTN. Efetuado o lançamento antes de terminado o quinquênio legal, não há se falar em decadência do direito de lançar. A partir de primeiro de janeiro de 1995, a apresentação da declaração de rendimentos, ainda que dela não resulte imposto devido, fora do prazo fixado sujeitará a pessoa jurídica à multa pelo atraso. (Lei 8.981/95, art. 88, c/c Lei 9.532/97, art. 27). (Acórdão 105-16.514, sessão em 13.06.2007)*

*PRELIMINAR - DECADÊNCIA - o prazo decadencial da multa pelo atraso na entrega da DIPJ tem início no dia seguinte ao do previsto para a entrega, aplicando-se ao caso a regra do artigo 173, I do CTN. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DIPJ - comprovado o atraso na entrega da DIPJ, procedente o lançamento da multa correspondente, não se aplicando no caso a pugnada denúncia espontânea por se tratar de multa moratória. (Acórdão 101-96.451 em 09.11.2007)*

*MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DIPJ - DECADÊNCIA - INOCORRÊNCIA - Nos casos multa por atraso na entrega de declarações a decadência é regida pelo art. 173, inciso I do CTN, o que significa dizer que o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Quando a ciência ao lançamento é dada antes do termo final de contagem do prazo inocorre a decadência. (Acórdão 108-09.182 em 08.12.2006)."*

No presente caso não há reparos a fazer na decisão recorrida, que apontou a inocorrência da decadência:

*Pois bem, para as multas decorrentes da falta de entrega das DCTFs relativas ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2002, verifica-se que, de fato, na data da ciência do auto de infração (09/07/2008), já havia decaído o direito de a Fazenda Pública efetuar os lançamentos, por força do art. 173, inciso I, do CTN, uma vez que, no caso, o termo inicial do prazo fatal é 01/01/2003 - primeiro dia do exercício seguinte àquele em que a multa podia ter sido lançada pela autoridade fiscal. Note-se que importa aqui a data limite para a entrega das respectivas DCTFs, porquanto,*

*antes dela, não havia a possibilidade de a autoridade fiscal lançar as correspondentes multas. E, conforme o disposto no art. 5º, caput, da Instrução Normativa SRF nº 255/2002 (que repete os termos do art. 2º, §2º, da Instrução Normativa SRF nº 126/98), "a DCTF deverá ser apresentada até o último dia útil da primeira quinzena do segundo mês subsequente ao trimestre de ocorrência dos fatos geradores".*

*Por outro lado, no que concerne à multa pela falta de entrega da DCTF relativa ao 4º trimestre de 2002, não há que se falar em decadência, pois, na esteira do raciocínio desenvolvido no parágrafo anterior, o dies a quo do prazo é 01/01/2004 - o que leva o dies ad quem para 01/01/2009, depois, portanto, da ciência do auto de infração pela interessada (09/07/2008)."*

Ante todo o exposto, nego provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*  
Selene Ferreira de Moraes